

ATA DA 46ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR

3 de março de 2005

No dia três de março de dois mil e cinco, às dezesseis horas, reuniu-se o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, com a presença do senhor Jadir José Pela, Presidente do Conselho, e dos conselheiros Denio Rebello Arantes, Diretor de Ensino; Clecy Saiter Araujo Oliveira, representante do Corpo Técnico-administrativo; Ademar Valdir Comassetto, representante do Corpo Docente; José Ivo Grilo, representante da Federação do Comércio do Espírito Santo; Aivete Taquette, representante dos Técnicos Egressos e Edson Fosse Filho, suplente do senhor Luiz Carlos Rego, representante da Setec. Participaram ainda, como convidados, o senhor Lezi José Ferreira, Diretor de Administração e Planejamento, e a senhora Márcia Feijó Delfino, Chefe da Unidade de Auditoria Interna. Os conselheiros Marcelo Costa Ignácio da Silva, representante do Corpo Discente e Julio da Silva Rocha Junior, representante da Federação da Agricultura, justificaram sua ausência. Jadir agradece a presença de todos e dá início à reunião, submetendo a ata da reunião anterior, do mês de dezembro de dois mil e quatro, aos conselheiros, a qual é aprovada sem ressalvas. Logo após apresenta a pauta da reunião, com os seguintes pontos: **1. informes; 2. apreciação do Plano Anual de Auditoria Interna – 2005; 3. apreciação do Orçamento do Cefetes – 2005; 4. proposta de alteração da Resolução CD nº 09/2003; 5. proposta de alteração da Resolução CD nº 17/2004; 6. apreciação do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2005; 7. assuntos gerais.** Nos informes Jadir cita que há um processo geral de discussão da Reforma do Ensino Superior. O governo apresentou um ante-projeto que está na página da Setec; o Concefet apóia, desde que os Cefets não percam a autonomia e os direitos que já possuem. Passa então a palavra a Márcia Feijó, que apresenta o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI, referente ao exercício 2005, **item 2** da pauta. De posse de cópias do relatório, os conselheiros acompanham a explanação da auditora interna, que relata que este PAAAI foi encaminhado em dezembro de dois mil e quatro para a Controladoria Geral da União - CGU, a qual avaliou e deu parecer favorável ao Plano, com algumas recomendações. Márcia informa que haverá reuniões com a CGU para que sejam padronizados alguns procedimentos da Auditoria. A seguir, passa a apresentar e comentar os dados do relatório. Jadir destaca a tabela que apresenta e resume as ações de atuação e rotinas da Auditoria, lembrando que esse trabalho envolve todo o Sistema Cefetes, incluindo as Unidades de Ensino Descentralizadas. Finda a apresentação, não havendo dúvidas dos conselheiros, Jadir passa a palavra a Lezi, diretor de Administração e Planejamento, que faz a apresentação do orçamento de 2005, **item 3** da pauta. Lezi justifica que este documento é apenas parte do Relatório de Gestão, que deve ficar pronto em março e será apresentado posteriormente ao Conselho Diretor. Lezi apresenta, primeiramente, um relatório demonstrativo da execução da despesa em

2004, com a descrição dos gastos e também das origens dos recursos. Destaca a tabela de evolução do orçamento de custeio, de 1998 a 2005, ressaltando que esse orçamento, com recursos do tesouro, dobrou de 2003 para 2005. Em 2003 o crédito inicial foi de R\$ 3.039.850,00 (três milhões, trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), e a previsão para 2005 é de R\$ 6.169.169,00 (seis milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e sessenta e nove reais). Denio expõe que a Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC, o Fórum dos Diretores de Ensino – FDE e o Fórum dos Diretores de Planejamento - FORPLAN estão definindo os indicadores que serão usados para avaliar o desempenho dos Cefets. Esses indicadores vão estar disponíveis através do SIG – Sistema de Informações Gerais, que deverá ser implantado ainda este ano pela SETEC. Lezi esclarece a todos que atualmente o orçamento vem de acordo com a produtividade da Instituição, e os valores apresentados são um bom indicativo. Jadir cita que o governo prevê aumentar em 30% o orçamento das Instituições Federais de Ensino, e que essa iniciativa tem que ser valorizada. Em contrapartida, é preciso trabalhar por novos cursos e vagas a fim de serem alcançados ainda mais resultados positivos. Retomando a palavra, Lezi informa que as contas referentes a 2004 estão praticamente todas em dia, fora alguns fornecedores, mas as verbas para esses pagamentos serão liberadas em breve. Lezi lembra ainda que foi preciso muito sacrifício nos anos anteriores para se chegar a um orçamento satisfatório atualmente. Passa a apresentar então o relatório do orçamento de 2005, salientando que se trata de uma previsão de recursos, no total de R\$ 45.606.499,00 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais), com destaque para a emenda parlamentar prevista no valor de R\$ 3.279.200,00 (três milhões, duzentos e setenta e nove mil e duzentos reais), resultado dos esforços do diretor-geral em conjunto com os diretores-gerais das Escolas Agrotécnicas do Espírito Santo, bem como do empenho da bancada capixaba. Finda a explanação, Jadir pergunta se os conselheiros precisam de mais alguma informação. Nada havendo a ser esclarecido, Jadir agradece a participação de Márcia Feijó e Lezi, que se retiram da reunião. Iniciando o **item 4** da pauta, Denio relembra aos conselheiros o assunto de que trata a Resolução CD nº 09/2003, ou seja, as situações em que alunos poderão manter dupla matrícula no Cefetes. Explicou que, desde que essa resolução entrou em vigor, a prática foi mostrando situações que levaram à necessidade da revisão de seu conteúdo, para que em certos casos não haja prejuízo nem para os alunos nem para a própria Instituição. Cita que foram basicamente inseridos mais três casos na proposta de alteração apresentada nesta reunião, que são os incisos II, III e IV do artigo 1º, os quais prevêem dupla matrícula quando uma delas for destinada apenas para a realização de estágio e/ou conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso, após a conclusão de todos os módulos/semestres do curso; quando uma delas for destinada apenas para cumprir dependência no último módulo/semestre do curso; quando uma delas for destinada apenas para repetir dependência do penúltimo módulo/semestre, após o aluno ter concluído com êxito o último módulo/semestre do curso. Denio exemplifica as situações para melhor entendimento dos conselheiros. Findas as discussões, Jadir submete a proposta de substituição da resolução 09/2003 aos conselheiros, que a aprovam por unanimidade. Denio passa então a relatar o **item 5**, que trata da alteração da Resolução CD nº 17/2004, a qual versa sobre o afastamento de servidores em estágio probatório para realizarem cursos no exterior. De posse de cópia da proposta os conselheiros acompanham a fala de Denio, o qual faz um histórico para expor a necessidade de se alterar a resolução, lembrando que, por decisão do TCU, o período de estágio probatório passou de dois para três anos. Essa situação envolve alguns dos novos professores efetivos que ingressaram na Instituição já cursando mestrado ou doutorado e necessitam de

afastamento para concluírem seus cursos. Para tentar resolver a questão, a diretoria do Cefetes conversou com uma procuradora do TCU, que afirmou que somente o que impede o afastamento é somente a Resolução CD 17/2004, do Conselho Diretor do próprio Cefetes, que faz restrições quanto às condições ao prazo de afastamento. A procuradora foi clara ao afirmar que a decisão quanto às restrições não é da lei, é da Instituição. Jadir considera que o Cefetes, como instituição de nível superior, não pode restringir a capacitação de seus servidores. É preciso, pois, tentar resolver o problema, em benefício da própria Instituição. Não se deve desconsiderar, contudo, que a oportunidade de afastamento, caso se consolide, será aberta a todos em situação similar. Denio ressalta que o processo para a autorização do afastamento, em todos os casos, deverá seguir os procedimentos previstos no artigo 1º. Jadir lembra que, em caso de autorização de afastamento de docentes para cursos, a lei não permite que seja contratado professor substituto, fato que deve ser considerado pelas coordenadorias quando avaliarem esse tipo de pedido de afastamento. Feitos os esclarecimentos finais, Jadir submete a proposta de substituição da Resolução CD 17/2004 aos conselheiros, que a aprovam por unanimidade. Inicia-se a seguir a apresentação do **item 6** da pauta, ou seja, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Denio informa que a construção do PDI foi uma necessidade imposta pela nova legislação, e que esse Plano é importante em vários aspectos, como por exemplo o número de cargos que caberá a cada Instituição; também é importante porque mostra o crescimento da Instituição, que será considerado pelo governo na análise para destinação de recursos. O PDI é importante, ainda, para as comissões de análise e reconhecimento de cursos, bem como para definir se a Instituição permanece na sua classificação, se poderá subir de classificação ou se será rebaixada. Denio explica que o documento que os conselheiros têm em mão é apenas um breve histórico, sujeito a modificações. Este PDI foi apresentado dentro do prazo determinado pelo Decreto 5.224/2004, mas deverá ser alterado até agosto, e terá o alcance de cinco anos. Feitos os esclarecimentos solicitados, passa-se ao **item 7** da pauta, assuntos gerais. Jadir fala brevemente sobre o projeto do Cefetes em abrir uma Licenciatura em Química, um mestrado na área de Engenharia e, em 2006 para 2007, o projeto do primeiro mestrado público do Cefetes. Cita ainda as vagas que o Cefetes recebeu para novos servidores, sendo trinta e sete vagas para professores efetivos e dezoito vagas para o corpo técnico-administrativo. Jadir afirma que é muito complicado conseguir um número de vagas tão relevante, já que o Cefetes ficou entre os primeiros do Brasil nessa distribuição de vagas. Os três fatores principais considerados na distribuição foram a quantidade de cargos vagos, a eficiência e o equilíbrio de vagas entre as instituições. Nada mais havendo a tratar, Jadir dá por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Eu, Maria do Carmo Conopca, secretária, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, três de março de dois mil e cinco.